História da educação indígena no Ceará a partir da trajetória de Raimundinha Tremembé

History of Indigenous Education in Ceará Based on the Life of Raimundinha Tremembé

Historia de la educación indígena en Ceará a partir de la trayectoria de Raimundinha Tremembé

Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto[1*], Lia Machado Fiuza Fialho[2]
[1]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. [2]Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. *Autora correspondente. *E-mail: stephanie.menezes@ifce.edu.br.*

Resumo: A educação escolar foi imposta aos povos originários desde os primórdios da colonização, tendo por objetivo a dominação e assimilação. Somente na década de 1970, surge, com a intervenção do Movimento Indígena e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Educação Indígena Diferenciada, que reconhece os modos de vida tradicionais desses povos. Desse modo, remete-se à História da Educação Indígena Diferenciada no estado do Ceará, situando no campo da História da Educação a história de vida da protagonista dessa modalidade, Raimunda Marques do Nascimento, conhecida como Raimundinha, da etnia Tremembé, que fundou em 1991 a primeira Escola Indígena Diferenciada. Objetiva-se, portanto, biografar a professora indígena Raimunda Marques do Nascimento, dando ênfase à sua atuação educativa, na interface com o contexto social, cultural e político da Educação Indígena do Ceará na década de 1990. Como metodologia, foi adotada a História Oral Híbrida, amparando-se em fontes teóricas entrecruzadas com narrativas orais de indígenas e não indígenas, complementadas com fontes documentais. Destarte, pôde-se constatar que Raimundinha teceu uma prática inovadora que foi motivada pelas experiências negativas vivenciadas por ela e por seu povo em escolas não indígenas, fundando a primeira Escola Indígena Diferenciada do estado. A partir do protagonismo da educadora, a luta pela Educação Indígena Diferenciada foi ampliando-se com o reconhecimento e implementação oficial dessa modalidade de educação e a criação de outras escolas diferenciadas para os povos indígenas.

Palavras-chave: Educação Indígena Diferenciada; História da Educação; biografia; educadoras cearenses.

Abstract: School education has been imposed on Indigenous peoples since the beginning of colonization, with the aim of domination and assimilation. Only in the 1970s—through the intervention of the Indigenous Movement and, later, with the promulgation of the 1988 Federal Constitution—did Differentiated Indigenous Education emerge, recognizing the traditional ways of life of these peoples. This article revisits the history of Differentiated Indigenous Education in the state of Ceará by situating the life story of a pioneer of this modality, Raimunda Marques do Nascimento (Raimundinha), of the Tremembé people, who founded the first Differentiated Indigenous School in 1991. The aim is to write a biography of the Indigenous teacher Raimunda Marques do Nascimento, emphasizing her educational work in relation to the social, cultural, and political context of Indigenous Education in Ceará in the 1990s. The methodology adopted was Hybrid Oral History, based on theoretical sources intertwined with oral narratives from Indigenous and non-Indigenous participants, complemented by documentary sources. The study shows that Raimundinha developed an innovative practice motivated by the negative experiences she and her people had in non-Indigenous schools, leading to the founding of the state's first Differentiated Indigenous School. As a result of her leadership, the struggle for Differentiated Indigenous Education expanded, with the official recognition and implementation of this modality and the creation of other differentiated schools for Indigenous peoples.
Keywords: Differentiated Indigenous Education; History of Education; biography; women educators from Ceará.

Resumen: La educación escolar fue impuesta a los pueblos indígenas desde los inicios de la colonización, con fines de dominación y asimilación. Solo en la década de 1970 —con la intervención del Movimiento Indígena y, posteriormente, con la promulgación de la Constitución Federal de 1988— surgió la Educación Indígena Diferenciada, que reconoce las formas de vida tradicionales de estos pueblos. Este artículo revisita la historia de la Educación Indígena Diferenciada en el estado de Ceará, situando la trayectoria de una pionera de esta modalidad, Raimunda Marques do Nascimento (Raimundinha), del pueblo Tremembé, quien fundó la primera Escuela Indígena Diferenciada en 1991. El objetivo es elaborar la biografía de la profesora indígena Raimunda Marques do Nascimento, destacando su labor educativa en relación con el contexto social, cultural y político de la educación indígena en Ceará en la década de 1990. La metodología adoptada fue la Historia Oral Híbrida, basada en fuentes teóricas entrelazadas con narraciones orales de personas indígenas y no indígenas, complementadas con fuentes documentales. El estudio muestra que Raimundinha desarrolló una práctica innovadora motivada por las experiencias negativas vividas por ella y su pueblo en escuelas no indígenas, lo que llevó a la creación de la primera Escuela Indígena Diferenciada del estado. A partir de su liderazgo, la lucha por la Educación Indígena Diferenciada se amplió con el reconocimiento e implementación oficiales de esta modalidad y la creación de otras escuelas diferenciadas para los pueblos indígenas.

Palabras clave: Educación Indígena Diferenciada; Historia de la Educación; biografía; educadoras cearenses.

https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e385
e-ISSN: 2238-0094

INTRODUÇÃO

Vamos pros Cuiambá, ô ariguê é parte de uma música do Torém, o ritual sagrado do povo indígena Tremembé. Com essa frase, chamam-se todos para beber o mocororó (bebida sagrada feita do caju azedo, também chamada de "água de manin") e praticar o Torém. Em analogia, iniciamos a escrita com o trecho dessa música para convidarmos vocês à leitura científica, aos Cuiambá!

O histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil é frequentemente dividido pelos pesquisadores que empreendem estudos neste campo em dois momentos ou tendências. O primeiro momento, denominado de assimilacionista, visava à assimilação da cultura e de valores europeus pelos povos originários. Iniciou-se, pois, com a invasão portuguesa, a qual submeteu os povos indígenas ao modelo escolar tradicional e estendeu-se até meados da década de 1970, sendo marcado por iniciativas de escolarização, que tinham por objetivo a dominação e a assimilação dos povos originários. O segundo momento, denominado de emancipatório (Bergamaschi & Medeiros, 2010), fortaleceu-se com a luta do Movimento Indígena e o estabelecimento da Constituição Federal (Brasil, 1988), que inaugurou um novo arquétipo educacional, propondo a valorização cultural desses povos com uma Educação Indígena Diferenciada, intercultural, bilíngue e específica.

Partindo da perspectiva emancipatória, emergiu a Educação Indígena Diferenciada, marcada por uma cosmovisão que não apenas reconhece as especificidades atinentes aos modos de viver dos indígenas, mas também defende uma educação diferenciada dos moldes da escolarização formal dos brancos, na qual a cultura, os saberes e as formas de se organizar e viver dos indígenas sejam reconhecidos, respeitados e valorizados. Com a visão de que a educação indígena deveria possuir práticas pedagógicas, currículo e professores próprios, Raimunda Marques do Nascimento torna-se uma protagonista na militância pela Educação Indígena Diferenciada no Ceará.

Situada no campo da História da Educação, elabora-se uma pesquisa científica para a qual o objeto de estudo é a história de vida da indígena Raimunda Marques do Nascimento, da etnia Tremembé, também conhecida como Raimundinha, ou Raimundinha Tremembé, educadora cuja trajetória de vida foi marcada pelo protagonismo da Educação Indígena Diferenciada no Ceará. Sua biografia permite uma maior compreensão das práticas educativas e das representações tecidas por uma das lideranças indígenas de maior evidência entre sua etnia. Ademais, é a partir de um estudo biográfico que se proporciona reconstituir o contexto social de determinado período, baseado na Nova História Cultural, que ampliou a compreensão de fontes e sujeitos históricos (Burke, 1992).

Nessa conjuntura, elencou-se a seguinte questão problematizadora: quais as contribuições da atuação de Raimunda Marques do Nascimento para o cenário

educativo do estado do Ceará? Objetiva-se, desse modo, biografar a professora indígena Raimunda Marques do Nascimento, dando ênfase à sua atuação educativa, em interface com o contexto social, cultural e político da Educação Indígena do Ceará no período da década de 1990. A delimitação temporal elegida justifica-se por englobar os anos das primeiras iniciativas em prol da Educação Indígena Diferenciada pelo povo Tremembé, especialmente, desenvolvidas pela biografada.

O desafio investigativo de biografar uma mulher educadora é relevante porque pode revelar não somente suas particularidades de mulher, indígena e professora, mas a conjuntura ainda pouco explorada acerca da Educação Indígena Diferenciada, em especial no estado do Ceará, ao problematizar os paradoxos a partir do percurso social e educativo que Raimunda Tremembé frequentava e discutir as nuances e as singularidades que permearam esse processo.

Justificamos este intento investigativo também pela invisibilização e obscurecimento quanto à presença indígena no estado do Ceará, especialmente no tocante às atividades indígenas femininas. As narrativas sobre mulheres indígenas, muitas vezes silenciadas, ou pouco referenciadas nos registros históricos, permitem ainda ir na contramão da invisibilidade na qual foram colocadas desde a colonização do Brasil. Afinal, a história de nosso país reflete até hoje a ausência dessas personagens femininas e o que se pode afirmar é que pouco se sabe ou se registrou sobre a significativa participação feminina indígena protagonizando as lutas sociais e políticas desse país.

Esta explanação inicial apresenta a biografada, doravante apenas Raimunda Tremembé, sua importância para a História da Educação Indígena no estado do Ceará, a problemática e o objetivo da pesquisa. Em seguida, na seção "Tessituras metodológicas de uma biografia", explicitamos a fundamentação teórica e metodológica do estudo, abordando a Nova História Cultural, a biografia, a metodologia da História Oral e as demais fontes utilizadas para o entrecruzamento analítico. Na sequência, em "Por isso é que eu sou índia Tremembé", enveredamos pelo nascimento da biografada, a constituição do seu berço familiar, o seu primeiro contato com a escolarização até a sua ida para a cidade de Fortaleza. Na seção seguinte, "Alegria do Mar: a escola Tremembé nasce da luta e reforça a luta", depreendemos a escrita a partir do retorno da biografada para Almofala, enfatizando o início da docência de Raimundinha Tremembé na Escola Alegria do Mar, com seu protagonismo em prol da Educação Indígena Diferenciada e suas práticas educativas. Por fim, nas "Considerações (não) finais", retomamos a problemática e o objetivo do estudo proposto, refletimos sobre as principais ideias discutidas e apontamos limitações e sugestões para o despontar de novas pesquisas.

TESSITURAS METODOLÓGICAS DE UMA BIOGRAFIA

A tessitura é o ato de reunir os fios e entrelaçá-los em um tear. Assim, podemos compreender o desenvolvimento da metodologia elencada nesta pesquisa, a qual se propõe a produzir uma biografia a partir do entrelaçamento das fontes históricas orais e documentais.

O estudo situado na História da Educação ampara-se na perspectiva da Nova História Cultural (Burke, 1997), pois esta considera outras fontes, além dos documentos oficiais, e não intenta enaltecer heróis ou registrar grandes acontecimentos. Em contraponto com a história tradicional, a qual se bastava de fontes escritas oficiais, sem a necessidade de interrogar documentos ou interpretá-los e entrecruzá-los com outras fontes, como as orais, a pesquisa dá a ver os vestígios invisibilizados historicamente, tomando as oralidades indígenas como epicentro da investigação.

Considerando que esta pesquisa se propõe a desenvolver a biografia da educadora indígena Raimundinha Tremembé, faz-se necessário compreender o que se entende pelo gênero biográfico, bem como a importância dos estudos sobre histórias de vida de educadoras. As biografias hermenêuticas, segundo Dosse (2009), ao contrário de histórias de vidas heroicas e obsequiosas, buscam dar a ver o sujeito com suas características inserido em um contexto real. Nessa direção, buscamos retratar a biografada com suas alegrias, acertos, imperfeições, problemas e conflitos, vivenciados no contexto histórico em que estava inserido, na interface com o seu coletivo (Sousa & Fialho, 2023). Todavia, sem perder de vista a mulher professora e suas contribuições para o cenário educacional cearense, em especial no tocante à emergência da Educação Indígena Diferencia, onde Raimundinha Tremembé foi protagonista. A metodologia para a realização da pesquisa biográfica será orientada pela História Oral, pois esta valoriza as memórias e narrativas dos sujeitos históricos e possibilita o diálogo com outras fontes documentais, imagéticas, legais – leis, pareceres e decretos –, livros, artigos científicos, entre outros (Pinsky, 2006). No entanto, a escolha pela História Oral não deve urgir pela inexistência de fontes documentais, pois ela permite que se tenham comparações entrecruzadas entre as falas dos indivíduos e outras fontes, considerando as lembranças e os esquecimentos próprios da memória.

Assim, como instrumento para a coleta de dados, foi adotada a entrevista livre em História Oral (Meihy & Holanda, 2017), em que não se utilizou de um roteiro de perguntas pré-prontas, permitindo que os entrevistados narrassem a história de vida de Raimundinha Tremembé de acordo com a relevância que estes atribuíam às recordações. Para essa metodologia, necessitamos considerar aspectos subjetivos, como os silêncios, os esquecimentos, a gesticulação, o semblante dos entrevistados e tudo o que pode enriquecer a narrativa, sendo aspectos importantes nas análises.

Para isso, foram realizadas visitas à Aldeia de Almofala, no município de Itarema, Ceará (CE), nos primeiros meses de 2021, para a apreensão das entrevistas. Foram entrevistados: os filhos de Raimundinha Tremembé, Janiel Marques do Nascimento e Maria Samires do Nascimento Sousa; sua tia Maria de Jesus Sobrinho (Dijé), pela convivência na infância; Maria Gilsa do Nascimento, sua aluna na Escola Alegria Mar; e José Getúlio dos Santos, atual diretor e professor da Escola Indígena Tremembé Maria Venância.

A partir das conversas prévias com os próprios Tremembé, eles foram indicando sujeitos não indígenas que poderiam tecer relatos acerca da atuação de Raimundinha Tremembé. Entre os não indígenas, foram entrevistados: José Mendes Fonteles Filho (conhecido como Babi Fonteles), professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisador da Educação Indígena Tremembé que atuou como coordenador e articulador do Magistério Indígena Tremembé Superior; Edileusa Santiago do Nascimento, pesquisadora entre a etnia, amiga pessoal e professora da biografada no Magistério Indígena Tremembé (MIT); e Gerson Augusto de Oliveira Júnior, professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece), primeiro professor do MIT em nível médio e pesquisador entre a etnia.

Todas as entrevistas foram gravadas digitalmente, transcritas na íntegra, validadas e analisadas para possibilitar biografar a professora indígena Raimundinha Tremembé, dando ênfase à sua atuação educativa.

Aos participantes entrevistados, foram explicados os procedimentos éticos, o objetivo da pesquisa, como se daria a coleta de dados, a não preservação de anonimato, a divulgação dos resultados, os riscos e os benefícios a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), posteriormente assinado pelos colaboradores.

Por isso é que eu sou índia Tremembé[1]

Raimundinha Tremembé é a filha primogênita de Francisco Marques do Nascimento (cacique João Venâncio) e de Lúcia Ferreira do Nascimento. Nasceu em um domingo, no dia 13 de junho de 1971, no município de Acaraú, de parto normal (Maria de Jesus Sobrinho, comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2021). O berço familiar de Raimunda Tremembé ainda é constituído por oito irmãos, sendo sete filhos do mesmo pai e mãe e um filho do relacionamento de seu pai com Claudevanda dos Santos.

[1] Esta frase é mencionada em uma fala de Raimunda Marques em "A tradição por trás da criação - Cartilha do povo Tremembé". Depoimento de Raimundinha em junho de 1997 (Nascimento, 1997).

Acerca da infância de Raimundinha, aos 2 anos de idade, ela foi morar na casa da avó paterna, Maria Venância, e com sua tia paterna, Maria de Jesus Sobrinho, conhecida como Dijé, sendo criada por elas. Assim, na casa só havia três mulheres, pois Dijé e Maria Venância não tinham marido. Dijé ainda explicita que a criação de Raimundinha Tremembé por ela e pela avó deu-se porque João Venâncio e Lúcia Ferreira eram muito jovens e Lúcia engravidou novamente. "[...] Quando quisemos entregar a menina de volta, que a mãe reivindicou o direito dela como mãe, a menina não quis mais aceitar a mãe verdadeira, então ela ficou com a avó paterna" (Maria de Jesus Sobrinho, comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021).

Dijé conta ainda que Raimundinha Tremembé começou a estudar entre 9 e 10 anos (meados dos anos 1981 e 1982) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Clarice de Andrade, localizada em Almofala, no município de Acaraú-CE[2]. Almofala, naquele período, só possuía duas escolas: Maria Clarice de Andrade e Escola da Colônia dos Pescadores, que só funcionavam até a 4ª série do Ensino Primário (atualmente equivalente ao 5º ano do Ensino Fundamental). Sobre isso, faz-se necessário destacar que, no início da década de 1980, vigorava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1971, na qual o Ensino de 1º Grau era assim definido: "[...] entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos [...]" (Brasil, 1971). Os oito anos letivos compreendiam as séries da 1ª à 8ª; para o ingresso no ensino de 1º Grau, o aluno deveria ter a idade mínima de 7 anos.

Raimundinha Tremembé, filha de pais não escolarizados, foi a primeira da família a ingressar em uma escola. Acerca de sua educação escolar, ela narra algumas memórias de estudante e menciona a utilização da "Carta de ABC" ou cartilhas de alfabetização, as quais eram um recurso didático-pedagógico muito utilizado no período entre as décadas 1970 e 1980, as quais tinham por objetivo fazer com que os alunos identificassem sinais gráficos – letras, sílabas e palavras (Fonteles Filho, 2003).

Nossa biografada não estudou durante muito tempo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Clarice de Andrade devido à forma como foi tratada, permanecendo apenas pouco mais de um ano. Maria de Jesus Sobrinho (comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021) rememora que as pessoas riam de Raimundinha Tremembé porque ela era indígena e os alunos perguntavam se ela comia calango[3]. É possível perceber como os indígenas eram tratados nas instituições de educação formal, com estigmatização, preconceito, de forma depreciativa e desqualificação ou sem o devido reconhecimento e valorização de suas identidades. Raimundinha

[2] Aqui se faz relevante explicitar que, na época do nascimento de Raimunda, Almofala ainda não fazia parte do município de Itarema, pois Itarema era distrito de Tanque do meio e pertencente ao município de Acaraú. Itarema só foi desmembrado de Acaraú e elevado à categoria de município no ano de 1985, em um processo de emancipação política (Fundo Municipal de Previdência social de Itarema, n.d.).

[3] Referência à espécie de lagarto.

Tremembé passou, então, a estudar posteriormente na casa de uma senhora chamada Maria Alice dos Santos Carneiro, já que não havia se adaptado à escola.

Maria de Jesus Sobrinho (comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021) rememora que uma característica muito marcante em Raimundinha Tremembé desde a sua infância era o fato de ela ser "peituda", ou seja, ser destemida e não aceitar calada receber ofensas. Isso pode ser observado no fato de a biografada não aceitar a forma como era tratada na escola e decidir não voltar a frequentá-la. Sobre isso, pode-se mencionar que, nesse período, ainda não havia uma legislação com uma imposição legal que exigisse que os pais ou responsáveis fossem obrigados a levar as crianças para a escola, fato que permitiu com que a vontade de Raimundinha Tremembé fosse atendida. Maria de Jesus Sobrinho (30 de janeiro de 2021) acrescenta que ela foi criada com toda a liberdade, porque gostavam tanto dela, que achavam que essa era a melhor forma de educá-la. Inclusive, ainda na adolescência, Raimundinha Tremembé começou um namoro com uma pessoa que não era estimada por sua família, mas ela não cedeu à pressão para acabar o namoro e foi embora para Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Nascimento (2009) descreve que, quando o pai de Raimundinha Tremembé ainda morava na capital, a filha também migrou para trabalhar como doméstica no bairro Cidade 2000 e lá estudou até a 4ª série do Ensino Primário. Nos relatos de Dijé, que não citam datas, ela foi morar por duas vezes em Fortaleza. A primeira vez foi porque arrumaram um emprego para ela na casa de Ondina (Dona Dina). Já na segunda, Gerson Augusto de Oliveira Júnior (Oliveira Júnior, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2021) explica que Raimundinha Tremembé foi morar com a professora Maria Bruhilda Telles de Souza, professora da UFC e pesquisadora entre a etnia. Nesse período, após a jornada de trabalho, Raimundinha Tremembé estudava à noite na Escola de Primeiro Grau Lídia Bezerra, onde concluiu a 4ª série do Ensino Primário (Fonteles Filho, 2003).

José Mendes Fonteles Filho (comunicação pessoal, 28 de janeiro de 2021) informou que trabalhar como empregada doméstica foi a realidade de muitas meninas e mulheres Tremembé. Essa conjuntura acerca da ida para a capital dava-se pelas difíceis condições econômicas em que viviam. Da mesma forma, muitas outras meninas e adolescentes de sua aldeia foram trabalhar em Fortaleza como domésticas, babás, ou ainda para morar com outras pessoas de situação econômica mais favorável. Como menciona Gondim (2016, p. 32): "Ela, como muitas outras jovens, principalmente da sua geração, foi trabalhar como doméstica na capital do estado, pois em Almofala os empregos são raros".

Em 1988, na segunda ida a Fortaleza, Raimundinha Tremembé engravidou e ficou em Fortaleza por um curto período. Maria de Jesus Sobrinho (30 de janeiro de 2021) menciona que foi atender uma ligação em que ela chorava bastante e dizia que queria ir embora, perguntando se ela e a avó ainda a queriam de volta, pois já tinha

tentado "fazer besteira", que estava grávida, que o "homem não lhe queria" e ainda que as pessoas a maltratavam.

Nesse ínterim, durante a década de 1980, os Tremembé estavam no processo de luta pela educação indígena, realizando reuniões para discutir esse processo. Até tiveram algumas experiências escolares anteriores com a professora Conceição Moura da Aldeia Varjota, mas sem ainda a constituição da identidade de uma Educação Indígena Diferenciada (Cabral, 2014).

Nascimento (2009) explica que, quando Raimundinha Tremembé retornou definitivamente para a Aldeia de Almofala, após sete anos, ela disse que não queria passar a vida inteira trabalhando na cozinha dos brancos, que queria era realizar o sonho de ensinar na sua aldeia, a qual, com a ajuda da comunidade, conseguiu realizar seu desejo. Gondim (2010, p. 43) explicita que:

> Sobretudo após a reorganização política dos índios, a convivência entre índios e não índios nas escolas convencionais tornou-se ainda mais problemática. Segundo os depoimentos, as crianças não índios e, mesmo, pelas professoras e funcionários destas escolas, muitas vezes envolvidos em conflitos de posse de terras. Assim a necessidade de uma escola indígena diferenciada, conforme constava na constituição de 1988, tomava extrema urgência naquele momento.

Foi a partir das vivências negativas anteriores de discriminação nas casas dos brancos e nas escolas convencionais que nossa biografada ressignificou seu retorno para a aldeia, iniciando o protagonismo na Educação Indígena no Ceará na década de 1990. Inclusive, importa destacar que Raimundinha Tremembé é descrita, nos relatos de Maria Aurineide Pequeno dos Santos, como a filha de João Venâncio em quem ele depositava a maior confiança. De tal modo, João Venâncio, após a volta dela para Almofala, estava ensinando-a a ser cacica (Fernandes, 2020).

Alegria do Mar: a escola Tremembé nasce da luta e reforça a luta

A afirmação considerada por Fonteles Filho (2017) como a máxima dita pela educadora indígena Raimundinha Tremembé corrobora a luta pelo reconhecimento da identidade indígena dos Tremembé, entrelaçada com a luta pela terra, a qual é afirmada por intermédio da educação.

Desde a década de 1980, os Tremembé estavam em plena discussão sobre o reconhecimento de suas identidades e, por consequência, da terra onde habitam. Essa década também foi um marco para a luta dos povos indígenas com a promulgação da

Constituição de 1988, que garantiu os direitos constitucionais, que se encontram definidos no título VIII, "Da Ordem Social", o qual é subdividido em oito capítulos, em que se destaca o Capítulo VIII, "Dos Índios", com os artigos 231 e 232. Ademais, foi elencado na Constituição o direito à diferença nos processos educacionais dos povos indígenas, descrito no Capítulo III, "Da educação, da cultura e do desporto", na Seção I, "Da Educação", em que é mencionado no artigo 210: "§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (Brasil, 1988). É significativo denotar aqui que os Tremembé estiveram em Brasília para participar da construção da Constituição de 1988 (Leite, 2020), de modo que essa garantia foi um processo permeado por jogos de forças e relações de poder, disputas nada fáceis para os indígenas.

Quando Fonteles Filho (2017) narra como a máxima dita pela educadora indígena Raimunda Marques retornou de Fortaleza, os Tremembé já discutiam sobre os problemas enfrentados com a educação escolar de seu povo e as suas especificidades. Cabral (2014) menciona que a escola surgiu pela necessidade que os Tremembé enfrentavam, destacando o relato da liderança Diana, da Aldeia da Varjota, sobre o início da luta pela Escola Indígena Diferenciada, bem como da atuação da missionária indigenista Maria Amélia Leite, importante figura na organização dos Tremembé a partir de 1986.

Maria Amélia citou que havia muito tempo os Tremembé clamavam por uma escola que fosse diferente e que ela insistia para que eles criassem essa escola. A missionária foi ainda uma grande motivadora das lideranças dos Tremembé e de outros povos indígenas do Ceará na busca por condições que pudessem contribuir para a Educação Indígena Diferenciada (Leite, 2020).

As discriminações que Raimundinha Tremembé sofreu quando criança e que a fizeram abandonar a escola não foram fatos isolados na sua história de vida pessoal. Nas reuniões relatadas por Cabral (2014), eram mencionados por vários Tremembé a discriminação e os maus-tratos que as crianças e os jovens indígenas sofriam nas escolas convencionais. Maria Amélia diz que, em 1986, quando conheceu os Tremembé, ouviu "[...] as histórias sem fim da discriminação com as crianças nas escolas" (Leite, 2020, p. 39) e que, na época, Vicente Viana, antigo cacique, havia contado para a missionária sobre o sonho que os Tremembé tinham de ter uma escola em que suas crianças não fossem discriminadas e maltratadas. O cacique Vicente Viana relata que eles não queriam muita coisa, só queriam que as suas crianças aprendessem a ler e a contar histórias para que não acontecesse o mesmo que havia ocorrido com os mais velhos, que, por não saberem ler nem contar, eram enganados (Leite, 2020). Nessa época, a evasão escolar dos Tremembé era tão grande, que, de acordo com Fernandes (2020), podia-se contar nos dedos as pessoas que eram alfabetizadas.

Os Tremembé então começaram a organizar-se, ocasião em que, a partir de várias reuniões, surgiu o consenso de chamar duas jovens indígenas Tremembé que sabiam ler e escrever para serem as primeiras professoras: Raimundinha Tremembé e Raimunda Ferreira dos Santos (Silva, 2010). Raimundinha Tremembé começou a ensinar na escola como voluntária, e deram o nome para a escola de "Alegria do Mar" em meados de janeiro de 1991 (Fonteles Filho, 2003). Sobrinho mencionou que, enquanto faziam artesanato, começaram a conversar sobre a possibilidade de ter uma escola própria, e Raimundinha Tremembé disse:

> [...] 'se tivesse mais uma parceira, eu teria coragem'. Fomos inventando a ideia na nossa cabeça. Nós fazíamos uma casa, arrumávamos umas madeiras, os homens montavam uma casa, nós tapávamos, nós virávamos a palha e botávamos os alunos. E a mãe que fosse botar aquele aluno pagava dois cruzeiros [...]. E aí conversamos com João Venâncio, que é o pai dela, e com outros homens e arrumamos, e fizemos, e ela foi uma das participantes que, quando formamos esse galpão, essa casa para esses alunos estudarem, menina, essa Raimunda fez a festa, gostou demais, chorou, achou lindo demais... Era só um galpão... (Maria de Jesus Sobrinho, comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021).

Inclusive, importa destacar que foi Raimundinha Tremembé quem nomeou a escola. Acerca do nome dado à escola, Gerson Júnior contou que ela:

> [...] teve como uma referência, uma marca, eu creio que eu posso falar dela, a alegria, a alegria que veio do mar, por isso o nome da escola, talvez seja por isso, Alegria do Mar, porque não se pode falar da escola indígena em Almofala sem falar da alegria, da seriedade e do compromisso da Raimunda. Não se pode deixar de falar da trajetória dela (Oliveira Júnior, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2021).

Segundo Fonteles Filho (2003), esta foi a primeira experiência de Escola Indígena Diferenciada do Ceará, sendo Raimundinha Tremembé a protagonista desse tipo de educação.

Acerca da construção da escola, Maria Aurineide mencionou em um relato, descrito por Fernandes (2020, p. 185-186), que:

> Uma manhã, Aurineide temperava a farinha na sua cozinha, quando ouviu um reboliço lá fora. Era a voz de Raimundinha, que falava a um grupo de rapazes, dando ordens sobre alguma coisa. Num canto do terreiro, um monte fora feito com palhas de carnaúba. Gritou de

> sua porta: - Iu, cunhada, vai botar casa, é? Raimundinha estava grávida de seu primeiro filho. - Não é minha casa, não, mulher. É a escola. Consegui essas palhas e uns pedaços de pau. Os meninos estão ajudando. Vamos botar uma escola para as crianças.

Vemos que o relato de Maria Aurineide se coaduna com o relato anterior de Sobrinho sobre o protagonismo de Raimundinha Tremembé. A estrutura da escola era um galpão de palha com chão de areia, sendo as mesas e cadeiras feitas com tronco de coqueiro. Nascimento e Jacinto (2014, p. 13) relatam que, "Nesta escola, os alunos se sentiam muito felizes, porque nela não tinha discriminação".

Faz-se crucial destacar que, ainda em 1991, durante o governo de Fernando Collor, a Educação Escolar Indígena saiu da competência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passou a ser de competência do Ministério da Educação (MEC), "[...] tendo as Secretarias de Educação dos estados e municípios a incumbência de sua aplicação, em consonância com a Secretaria Nacional de Educação do MEC" (Paula & Mendonça, 2001, p. 181), fruto do Decreto nº 26/1991, que dispunha sobre a Educação Indígena no Brasil (Brasil, 1991).

Nesse mesmo ano, foi publicada ainda a Portaria Interministerial do Ministério da Justiça e MEC nº 559/1991 (CIMI, 2004), que dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas e a criação da Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas no âmbito da então Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) do MEC. Essa coordenadoria foi criada com o objetivo de coordenar, conforme os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, a Educação Indígena, bem como fomentar a formação inicial e continuada de professores indígenas, a produção de material didático e a divulgação da temática indígena nas escolas.

A Escola Alegria do Mar inaugurou no estado do Ceará a mobilização por uma Educação Indígena Diferenciada com o protagonismo de Raimundinha Tremembé. Pereira (2018, p. 55-56) relata que, "[...] na ausência de uma lousa, por exemplo, ela escrevia as primeiras letras na areia da praia". Maria de Jesus Sobrinho (comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021) mencionou que Raimunda:

> [...] pegava esses alunos todos, botava numa roda, todo mundo, aquele círculo, e ela se sentava no meio dessa roda, e ela ia contar a história, narrativa que era assim, que a mandioca se plantava assim, que o milho nascia desse jeito.

Raimunda Tremembé envolvia os alunos com os saberes dos Tremembé e, sem recursos didáticos convencionais, desenvolveu o que nenhum outro professor havia construído, um ensino com práticas e conteúdos diferenciados.

Janiel Marques do Nascimento (comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021) relatou ainda que, no começo da escola, uma de suas tias, que foi aluna de Raimundinha Tremembé, escrevia na folha da ciumeira, pois, na época relatada, a escola era escassa de materiais, pois não tinha lápis, caneta nem papel. "Então, pegava-se a folha da ciumeira com o palito de coqueiro e se faziam as atividades". Relatou ainda que a escola se chamava Alegria do Mar, "[...] por conta que a própria Raimunda, que era professora, levava os alunos para a beira da praia para dançarem o ritual sagrado [...]". Na areia da praia, com gravetos, também escrevia as letras e palavras, usando as ondas do mar como apagador natural.

Fonteles Filho (2013) relata que a Escola Alegria do Mar possuía apenas uma única turma de 28 crianças e jovens. Raimundinha Tremembé não tinha remuneração para ministrar as aulas. "Além dela ensinar a ler e escrever, também ensinava a cultura do povo Tremembé: todos os dias, quando a aula terminava, ela, junto com os alunos, ia dançar o Torém na beira da praia" (Nascimento & Jacinto, 2014, p. 13), conforme podemos ver na Imagem 1. Sobre essa afirmação, tem-se um primeiro plano sobre o que indica a implementação da Educação Indígena Diferenciada, pois a educadora indígena não ensinava os alunos apenas a ler, escrever ou contar, mas repassava os saberes do seu povo, entre eles o ritual sagrado, o Torém (Pereira, 2023).

José Getúlio dos Santos (comunicação pessoal, 23 de março de 2021) fala que o processo da Educação Indígena Diferenciada se iniciou com Raimundinha Tremembé, pois foi a partir das práticas educativas tecidas por ela que os elementos da cultura Tremembé adentraram a educação escolar. Janiel Marques do Nascimento (comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2021) relatou que Raimundinha Tremembé não era tão alfabetizada, que sabia o básico (ler, escrever e rudimentos matemáticos), porém tinha um grande conhecimento sobre a cultura Tremembé. A biografada ensinava para as crianças a leitura e a escrita em português, uma vez que os Tremembé não vivem isolados, mas em proximidade com a sociedade não indígena, e falam o português. Todavia, é perceptível que ela lecionava muito mais do que isso, realizando uma ponte de integração entre a sua cultura e a educação escolar, pois a cosmologia de sua etnia era transmitida por meio das práticas educativas que ela empreendia.

Raimundinha Tremembé ainda confeccionava roupas de penas para as crianças dançarem o Torém, pois os Tremembé adornam-se com pinturas feitas de urucum e jenipapo e vestem-se com essas roupas tradicionais para se caracterizar (Pereira, 2023).

Fotografia 1 – Alunos da Escola Alegria do Mar dançando o Torém com a professora Raimundinha (à direita)

Fonte: Fonteles Filho (2003, p. 586).

Raimundinha Tremembé, além de ensinar o Torém, ensinava "[...] a dança do guaxuré, as comidas típicas e os cantos" (Maria Samires do Nascimento Sousa, comunicação pessoal, 30 de janeiro de 2021), entre outras danças, como a aranha e o caçador. Também explicava a história de cada uma das músicas dos Tremembé, convidava os "troncos velhos", que são as pessoas mais velhas da etnia, para contar histórias antigas e levava os alunos para conhecer e explorar lugares da comunidade, como o mangue e a praia, explicando que Almofala era a terra do povo Tremembé (Fernandes, 2020).

Nossa biografada é descrita nos relatos sempre pela forma rígida no modo como ensinava, pois não tolerava bagunça nem o desrespeito à cultura. A exigência e disciplina da educadora no momento do repasse dos saberes do povo Tremembé na Escola Alegria do Mar, em especial, com o ritual sagrado do Torém, era algo considerado sério para o qual o respeito deveria imperar. José Getúlio dos Santos (comunicação pessoal, 23 de março de 2021) contou sobre como Raimundinha Tremembé era firme em suas decisões, pois, em suas palavras, ela exalava firmeza, uma pessoa de muito pulso, ou seja, capaz de enfrentar os problemas.

Quando Raimundinha Tremembé falava, todos a escutavam, porque ela era uma pessoa que tinha muito conhecimento em relação à luta indígena e porque ela era a fundadora da primeira escola indígena. A comunidade a admirava, ainda que, muitas vezes, ela fosse impaciente, principalmente quando o seu povo demorava a tomar alguma decisão. Raimundinha Tremembé era muito agitada, por isso possuía um

modo aligeirado de querer realizar as demandas. Então, a pressa e impaciência dela, às vezes, dificultavam a tomada de decisões pelo povo.

Cabral (2014) menciona uma narrativa de Maria Neide, professora indígena, que relata uma segunda formação estrutural da Escola Alegria do Mar, já que o salão havia caído e eles haviam construído um segundo espaço para a escola. Nessa formação estrutural, de acordo com Nascimento (2009), nem a prefeitura de Itarema nem o Governo do Estado do Ceará haviam assumido nenhuma despesa, pois eram os pais dos alunos que davam peixes e o valor correspondente a um cruzeiro para a professora a fim de que ela se mantivesse e mantivesse a escola. Era difícil para Raimundinha Tremembé sobreviver com essa ajuda, pois da quantia recebida ela ainda retirava uma parcela para comprar giz, lápis de cor e outros materiais didáticos básicos para as aulas.

Quando o salão se deteriorou, ele não pôde ser reconstruído no mesmo lugar devido à mobilidade da duna próxima que invadiu o terreno, bem como por conta das dificuldades de os pais das crianças proverem as mínimas condições de manutenção da escola. Com isso, "As aulas acabaram sendo interrompidas por falta de recursos dos pais para a compra de material didático e remuneração da professora, devido à crise da pesca. Esta interrupção (em 1992) durou uns três anos" (Fonteles Filho, 2003, p. 114).

Durante o governo de Fernando Collor, no mesmo ano, foi instituída a Portaria nº 60, de 8 de julho de 1992, do MEC e da Secretaria Nacional da Educação Básica, que instituía o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena junto ao Departamento de Educação Fundamental e Médio (Brasil, 1992) com a finalidade de subvencionar as ações educacionais dos povos indígenas, referenciando os projetos dos estados e municípios, denotando que, aos poucos, no âmbito nacional, a Educação Escolar Indígena ia ganhando contornos mais específicos e favoráveis.

Sem escola, Raimundinha Tremembé recomeçou a dar aulas na cozinha da casa do pai. Fonteles Filho (2003) menciona que a escola só foi reconstruída a partir de João Venâncio, que levou a proposta da escola para ser discutida nas reuniões e encontros de que participava na cidade de Fortaleza.

Francisca Adelaide (não indígena), secretária da Operação Tremembé, uma organização que existia na época, de luta do Movimento Indígena da etnia, chegou a tomar a iniciativa de enviar uma carta à Igreja Presbiteriana de Maringá, no Paraná, para solicitar apoio financeiro. O pastor da igreja teria respondido que não poderia ajudar financeiramente, mas que enviaria um casal, Silvana e Walter, para trabalhar na escolarização dos Tremembé da Aldeia da Praia de Almofala. Francisca Adelaide não aceitou que eles trabalhassem diretamente na escolarização, pois havia pedido ajuda financeira. "Tudo teria ficado acertado em uma reunião que houve na casa de Irmã Helena [ou Iolanda?], com a presença do Pastor Nivaldo, da Igreja Presbiteriana de Maringá. [...] Após meses, chegou o casal" (Fonteles Filho, 2003, p. 114).

O casal estabeleceu, desde o princípio, um contato direto com os Tremembé, buscando aceitação e legitimidade, porém não foi o que ocorreu no início, pois Francisca

Adelaide continuava não aceitando. Então, foi realizada uma reunião com as lideranças e mães dos alunos da Aldeia da Praia. A Aldeia do Panã também foi convidada, mas ninguém apareceu porque não concordavam com a presença do casal, alegando inclusive que eles "eram crentes". O resultado da reunião, mesmo sem o comparecimento da Aldeia do Panã e da não aceitação de Francisca Adelaide, foi pelo acolhimento do trabalho do casal (Fonteles Filho, 2003).

Foi construída a terceira formação estrutural da escola, em meados de 1997, próxima à casa de Dijé, a qual possuía duas salas e uma cozinha.

> E fizemos o fogo de lenha, e era voluntário, as professoras e voluntários [...] que faziam a merenda. Nós já ganhamos uma merenda e nós já fomos atrás, buscamos mais, atrás de quem podia doar alguma coisa nessa época [...] (Maria de Jesus Sobrinho, comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2021).
>
> Nessa época, a Samanda ajudava a Raimunda, pois o número de alunos já tinha aumentado. Depois a Samanda saiu, e a Dijé entrou para ajudar (Cabral, 2014, p. 49).

Samanda Carneiro dos Santos era a neta de lideranças da Aldeia da Praia. Mesmo as atividades da escola parando durante algum tempo, bem como diante das dificuldades, Raimundinha Tremembé já sonhava com uma escola maior, com mais professores. Ela intencionava que os Tremembés pudessem lecionar para seu próprio povo. Tal intenção partia das recordações de sua infância, do dia em que disse para seu pai que "[...] não iria mais para o colégio dos brancos: - Ficam mangando de mim, dizendo que eu sou bicho" (Fernandes, 2020, p. 311).

Maria Aurineide contou que havia voltado a estudar quando teve que morar em Fortaleza, e Raimundinha Tremembé lhe pediu que retornasse a Almofala com seu irmão para que Aurineide virasse professora da escola (Fernandes, 2020). Maria Aurineide espantou-se com o pedido, mas Raimundinha Tremembé explicitou dizendo que precisava que a escola crescesse, pois havia muitas crianças precisando de escola, as quais não estavam estudando porque eram maltratadas nas instituições de ensino da prefeitura (Fernandes, 2020). Contou ainda que Raimundinha Tremembé disse que haviam colocado primeiramente Juliana como professora, sobrinha do tio Zé Raimundo, cunhado do cacique João Venâncio, mas que não havia dado certo. "Depois botamos Samanda, que acabou indo para a área da saúde. E agora estamos precisando de alguém de força para dar conta disso, e eu só consigo pensar em tu [*sic*] para isso [...]" (Fernandes, 2020, p. 311). Maria Aurineide aceitou o convite e também passou a ser professora da escola, assumindo a turma das crianças pequenas, no início de abril do ano de 1997 (Fonteles Filho, 2003). Maria Aurineide também não queria outras pessoas que não fossem indígenas ministrando aulas na

escola, logo mobilizava as Tremembé que possuíam alguma escolarização para se tornarem professoras.

Maria de Jesus Sobrinho (comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2021) contou que, nessa nova estrutura, a Igreja Presbiteriana também forneceu a merenda para os alunos, contudo tanto a pessoa que fazia a merenda como as professoras eram voluntárias, trabalhavam sem receber recursos, diante de muitas dificuldades. Por conta disso, "Dijé saiu e entraram Aurineide e Silvana (missionária da igreja metodista), para colaborar nos processos de ensino" (Cabral, 2014, p. 49).

Conforme podemos ver na Imagem 2, a terceira formação estrutural da Escola Alegria do Mar foi construída com palhas de carnaúba, o piso era de areia solta, havia quatro salas, uma cozinha, banheiro, um fogão a lenha e mesas de tronco de coqueiro por tratar-se de material acessível à Comunidade da Praia (Silva, 2010).

Fotografia 2 – Raimunda e os alunos da Escola Alegria do Mar

Fonte: Acervo pessoal de Babi Fonteles.

No início de 1997, houve outra mudança, pois a "escola passa a se chamar Escola Indígena Diferenciada Maria Venância a partir de abril/97, em homenagem à Maria Venança[4] [...]" (Fonteles Filho, 2003, p. 306), mãe de João Venâncio, cacique pai de Raimundinha Tremembé.

Nascimento (2009) relata ainda que a família Venança estava crescendo e fortificando-se cada vez mais na sua atuação entre a etnia Tremembé e que a nova

[4] Venança é a forma coloquial de Venância. Daí a escrita diferencial da grafia. Assim como temos a escrita na grafia masculina (João Venâncio ou João Venança) e feminina (Maria Venância ou Maria Venança). É necessário pontuar que tal grafia acaba por se colocar de diversas maneiras inclusive no nome da escola, que ora é retratada em documentos como Maria Venância, ora como Maria Venâncio ou, ainda, Maria Venança.

geração estava sendo associada a uma matriz de importantes lideranças. Maria Venância está associada à inovação estratégica da resistência e Raimundinha Tremembé ao compromisso com a Educação Escolar Indígena vinculada à continuidade do Torém da Lagoa Seca, dando seguimento a uma linhagem matriarcal de luta e de resistência entre os Tremembé. O que se pode afirmar aqui é que Raimunda Tremembé poderia não ter consciência de que estava criando algo totalmente novo, mas sabia da missão de manter viva a tradição dos seus antepassados da Lagoa Seca.

"Segundo a professora Maria Andreína, essa primeira escola construída na Aldeia da Praia serviu de referência para as demais comunidades e acabou por ser iniciadora de um processo de mudanças e lutas que refletiram para além do aldeamento" (Silva, 2010, p. 165). O alcance pedagógico de Raimundinha Tremembé foi apenas o início para que os Tremembé continuassem na luta por uma Educação Indígena Diferenciada. E foi com a ajuda de alguns parceiros que, no ano de 1997, criaram-se escolas nas aldeias em outras localidades: Passagem Rasa, Tapera, Mangue Alto, Saquinho e Varjota.

A Escola Alegria do Mar também serviu de referência para outros povos indígenas implantarem suas próprias escolas. No início da organização da Educação Indígena Diferenciada no município de Crateús, as indígenas Maria Helena Gomes (Helena Potiguara, da cidade de Crateús) e Antônia de Maria (da etnia Tabajara, da cidade de Poranga), através de uma parceria entre a Pastoral Raízes Indígenas e a Associação Missão Tremembé (Amit) (liderada por Maria Amélia Leite), no ano de 1993, realizaram uma experiência de intercâmbio de 12 dias com o povo Tremembé para criarem suas escolas próprias (Pinto & Fialho, 2024).

Mesmo com o processo inicial de reconhecimento, Edileusa Santiago do Nascimento (comunicação pessoal de 26 de fevereiro 2021) contou que os Tremembé tinham orgulho e gratidão à Raimunda Tremembé pela criação da escola, "[...] mas, ao redor, os não indígenas, principalmente os que se opunham à comunidade, ridicularizavam a escola, portanto também a ela tentavam desqualificar. Não só a ela, mas a escola e toda a comunidade". O que podemos inferir é que o processo preconceituoso o qual a biografada e seu povo enfrentaram com a educação escolar ainda não havia acabado. Mesmo com a criação de uma escola própria, os indígenas ainda travam muitas batalhas, especialmente pelo reconhecimento e valorização da sua cultura.

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), em 1997, realizou reuniões com os povos indígenas a fim de discutir sobre a Educação Escolar Indígena no estado. Na ocasião, ocorreu o I Seminário de Educação Escolar Indígena no Ceará e as articulações com a Seduc culminaram em outros desdobramentos para a Educação Indígena no estado do Ceará nos anos seguintes, como o reconhecimento e a

implementação oficial dessa modalidade de educação e a criação de outras escolas diferenciadas para os povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no campo da História da Educação se propôs a abordar a biografia da educadora Raimunda Marques do Nascimento, mais conhecida como Raimundinha Tremembé, educadora indígena da etnia Tremembé que se dedicou a protagonizar a Educação Indígena Diferenciada no Ceará. Para isso, elegemos a História Oral como metodologia de pesquisa, o que possibilitou lançar luz a memórias indígenas acerca do surgimento da primeira escola Tremembé no Ceará e suas reestruturações até a consolidação da Educação Indígena Diferenciada.

Raimundinha Tremembé ficou reconhecida por ter fundado a primeira Escola Indígena Diferenciada, a Escola Alegria do Mar, que se localizava na praia de Almofala, no município de Itarema. A Educação Indígena Diferenciada tecida pela educadora debruçava-se no ato de ensinar não somente a ler e a escrever, mas a repassar a cultura de seu povo em suas aulas para as crianças. Diferenciada porque ela se utilizava do Torém, ritual dos Tremembé, e do principal sinal diacrítico desse rito para tecer suas práticas educativas, além de utilizar recursos da natureza como material didático, valorizando os costumes indígenas.

Inicialmente, com trabalho voluntário e ajuda da comunidade, a Escola Alegria do Mar possuía apenas Raimundinha Tremembé como professora, mas as crianças excluídas pelos preconceitos sofridos nas escolas regulares, frequentadas por crianças não indígenas, não paravam de chegar. Com efeito, a estrutura precária da escola desabou por duas vezes, sendo somente na terceira construção que dá lugar a maior número de alunos e passa a contar com a solidariedade de outras professoras indígenas. Toda a década de 1990 foi permeada por uma luta incessante de Raimundinha Tremembé para oferecer educação indígena diferenciada às crianças da comunidade, que poderiam com ela aprender de maneira contextualizada, considerando os ritos, mitos e costumes do povo Tremembé, sem preconceitos externos.

Seu legado educacional não apenas possibilitou alfabetizar crianças de maneira contextualizada, como também permitiu preservar e valorizar a cultura Tremembé. De tal modo, seu protagonismo ganhou destaque em meio a outras comunidades indígenas, que inclusive foram conhecer o exitoso trabalho de Raimundinha Tremembé no intuito de também conseguir uma escola com educação diferenciada para seus povos.

Ao se visibilizar trajetórias femininas na História da Educação, especialmente de mulheres indígenas, adentra-se também os contrastes com enfrentamentos ideológicos, políticos e sociais vividos por professoras leigas que se reinventaram para

assistir a sua comunidade educativamente sem qualquer apoio governamental. Dessa maneira, a trajetória da Educação Indígena inter-relacionada com a vida da biografada dá o impulso a outras perspectivas narrativas que valorizem o protagonismo feminino no magistério da História da Educação cearense.

As biografias não dão conta de desvelar o todo de um sujeito, também não permitem generalizações, contudo possibilitam lançar luz a sujeitos comuns que foram silenciados e invisibilizados, ainda que tenham contribuído significativamente com o contexto educacional no qual estiveram inseridos. Os movimentos das mulheres na educação, em suas variadas temporalidades, com histórias de vida plurais, assim como as posições ocupadas no interior de suas tramas sociais e políticas, ajudam a compreender formas mais complexas da constituição da identidade profissional docente e de como histórias individuais atravessam e articulam-se com histórias coletivas, concedendo melhor compreensão da História da Educação.

Partindo do mote central que era biografar a professora indígena Raimundinha Tremembé, dando ênfase à sua atuação educativa, em interface com o contexto social, cultural e político da Educação Indígena no Ceará, permitiu-se uma compreensão mais ampla, de um contexto singular, e o delineamento do cenário histórico e social do início da Educação Indígena no estado. Entrecruzando fontes orais, legais e imagéticas, narramos a gênese, a originalidade e o pioneirismo empreendido pela educadora biografada com a Escola Alegria do Mar.

Sem perder de vista a história de vida de Raimundinha Tremembé, consideramos uma escrita biográfica, que envolveu as particularidades tanto de aspectos de sua vida pessoal, como de questões familiares, quanto das práticas educativas que ela empreendeu de forma tão específica. A partir da vivência de exploração do trabalho como doméstica e da frustração em não conseguir permanecer em escolas regulares, fato que era comum a seu povo como um todo, Raimundinha Tremembé foi estimulada a criar a primeira Escola Indígena Diferenciada do estado do Ceará para que outras crianças e jovens indígenas não precisassem passar pelos mesmos problemas que vivenciou, inclusive valorizando as singularidades da sua etnia e atribuindo sentido à cosmovisão de mundo dos Tremembé.

O estudo tenciona a ocultação da presença das mulheres indígenas na História da Educação. A fim de desconstruir esse silenciamento, este trabalho permite lançar visibilidade à indígena Raimundinha Tremembé como uma intencionalidade política: registrar e preservar a história e a memória de mulheres que muito contribuíram para a educação e que foram relegadas ao segundo plano de importância na historiografia.

Diante desse inacabamento de construção constante, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas para o aprofundamento dos temas preambulares emergidos, o que só pode ser despertado na inquietação e no fulgor necessário às pesquisas científicas, em especial, de mulheres indígenas. Por fim, concluímos com uma frase marcante e poética que talvez resuma a trajetória de Raimundinha

Tremembé: "Com alegria! É porque era a Raimunda, aquela que fez os meninos dançarem na Alegria do Mar" (Gerson Augusto de Oliveira Júnior, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2021).

Referências

Bergamaschi, M. A., & Medeiros, J. S. (2010). História, memória e tradição na educação escolar indígena: O caso de uma escola Kaingang. *Revista Brasileira de História, 30*(60), 55–75. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200004&lng=en&nrm=iso

Brasil. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1991). *Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0026.htm

Brasil. (1992). *Portaria MEC/SNEB nº 60, de 8 de julho de 1992*. https://cimi.org.br/2004/06/21818/

Burke, P. (1992). *A escrita da história: Novas perspectivas*. Unesp.

Burke, P. (1997). *A escola dos Annales (1929–1989): A revolução francesa da historiografia*. Unesp.

Cabral, A. C. (2014). *História dos Tremembé: Memórias dos próprios índios*. Imprensa Universitária.

CIMI. (2004). *Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991*. https://cimi.org.br/2004/06/21816/

Fernandes, J. F. (2020). *Liberdade, terra e união na Almofala dos Tremembé: Um díptico etnográfico-ficcional* (Tese de doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília.

Fonteles Filho, J. M. (2003). *Subjetivação e educação indígena* (Tese de doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará.

Fonteles Filho, J. M. (2013). O curso de Magistério Indígena Tremembé Superior–MITS: Protagonismo indígena e inclusão social no ensino superior no Brasil. *Seminário Internacional Inclusão em Educação*, 3, Rio de Janeiro, Brasil. http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/44663/3/2013_art_jmfontelesfilho.pdf

Fonteles Filho, J. M. (2017). Interculturalidade, inclusão e inovação na formação de professores indígenas no nordeste do Brasil. *38ª Reunião Anual da ANPEd*, São Luís, Brasil. http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/44669

Fundo Municipal de Previdência Social de Itarema. (n.d.). *Conheça a cidade*. https://itaremaprevi.com.br/institucional/conheca-a-cidade/

Gondim, J. M. (2010). *"Não tem caminho que eu não ande e nem tem mal que eu não cure": Narrativas e práticas rituais das pajés Tremembés* (Dissertação de mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

Gondim, J. M. (2016). *Seguindo trilhas encantadas: Humanos, encantados e as formas de habitar a Almofala dos Tremembé* (Tese de doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo.

Leite, M. A. (2020). *Os Tremembé no Ceará: Tradição e resistência*. Secult.

Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. (2017). *História oral: Como fazer, como pensar*. Contexto.

Nascimento, E. S. (2009). *Identidade e memória de habitantes de Fortaleza-CE originários da comunidade Tremembé de Almofala-CE: Ramas de raízes indígenas em trânsito na cidade* (Tese de doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nascimento, M. G., & Jacinto, R. F. (2014). *História da educação diferenciada Tremembé*. Imprensa Universitária.

Nascimento, R. M. do. (1997, junho). *A tradição por trás da criação: Cartilha do povo Tremembé* [Cartilha]. Digital Mundo Miraira. http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CulturaPovosIndigenas/ComunidadesIndigenas/Povo%20Trememb%C3%A9/Cartilha%20Tremembe%20-%20Itarema.pdf

Paula, E. D., & Mendonça, T. F. (2001). Projeto Tucum: Relato de uma experiência de formação de professores indígenas em magistério. Em M. A. Marfan (Org.), *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de professores: Educação escolar indígena* (pp. 181–186). MEC/SEF.

Pereira, A. P. (2018). *Educação diferenciada indígena e descolonialidade ambiental: Um estudo do magistério indígena* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Pereira, A. S. M. (2023). *Raimundinha Marques Tremembé: Protagonista da educação indígena diferenciada no Ceará (1991–2009)* (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=112542

Pinsky, C. B. (Org.). (2006). *Fontes históricas*. Contexto.

Pinto, A. S. M. P., & Fialho, L. M. F. (2024). Las prácticas de lectoescritura de Raimunda Marques do Nascimento en la Educación Indígena Diferenciada Tremembé. *Investigaciones sobre Lectura, 19*(2), 112–131. https://doi.org/10.24310/isl.19.2.2024.19181

Silva, M. S. S. (2010). Escola e ensino médio indígena Tremembé de Almofala-CE. *Fórum Internacional de Pedagogia*, 3, Quixadá, Brasil. https://www.xfiped.com.br/static/ebooks/2010-ebook-fiped-iii.pdf

Sousa, F. G. A., & Fialho, L. M. F. (2023). Biografia de mulheres educadoras: Artigos indexados no Directory of Open Access Journal. *Ensino & Pesquisa, 21*, 103–117. https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7479

ARLIENE STEPHANIE MENEZES PEREIRA PINTO: Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Pós-doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Professora do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional da UFC e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva do IFCE). Líder do grupo de pesquisa Corponexões: corpo, cultura, sociedade e relações étnico-raciais.

E-mail: stephanie.menezes@ifce.edu.br
https://orcid.org/0000-0002-3042-538X

LIA MACHADO FIUZA FIALHO: Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades - PEMO. Pesquisadora produtividade do CNPq.

E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0003-0393-9892

Recebido em: 27.05.2025
Aprovado em: 20.08.2025
Publicado em: 22.09.2025

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:
Carlos Eduardo Vieira (UFPR)
E-mail: cevieira9@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6168-271X

RODADAS DE AVALIAÇÃO:
R1: dois convites; um parecer recebido.
R2: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:
Pinto, A. S. M. P., & Fialho, L. M. F. História da educação indígena no Ceará a partir da trajetória de Raimundinha Tremembé. *Revista Brasileira de História da Educação, 25,* e385. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e385

FINANCIAMENTO:
A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:
Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).